

## PANDEMIA, EMPRESARIADO E APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Natália Cristina Granato<sup>1</sup>  
Eduardo Soncini Miranda<sup>2</sup>

**Resumo:** A pandemia da Covid-19 se instalou no Brasil em um contexto marcado por sucessivas crises (econômica, política, sanitária e social). Em resposta, o governo federal procurou privilegiar a “economia” em detrimento da “saúde”, realizando diversas reuniões com grandes empresários em prol do estabelecimento de agendas que protegessem os seus interesses. Um ano após o início da pandemia no Brasil, observa-se o agravamento da crise sanitária e o aumento das desigualdades sociais. Neste trabalho, pretendemos analisar os dados que revelam o aprofundamento do desemprego e da miséria, em detrimento da acumulação de riquezas das classes mais ricas e privilegiadas do país. Isso será realizado através do diálogo com a produção sociológica que teoriza sobre a temática das desigualdades e suas formas de reprodução ao longo das gerações, estruturais e históricas, operando através de redes sociais e familiares de dominação. Pretende-se fazer uma análise de conteúdo das reuniões entre o governo e o empresariado.

**Palavras-chave:** Empresariado; desigualdades Sociais; Pandemia do coronavírus..

## PANDEMIA, ENTREPRENEURS AND DEEPENING OF SOCIAL INEQUALITIES IN BRAZIL

**Abstract:** Covid-19's pandemic has arrived in Brazil in a multiple (economic, politic, sanitary and social) crisis scenary. In response, federal government tried to focus on economy over health measures, by setting lots of meetings with the biggest names of brazilian economy, and adopting state action/works regarding their interests. One year after that, Brazil is watching the growth of covid-19 deaths/cases and the increasing of social inequality. On this paper, we intend to analyze the data that prove the economic deterioration and the growth of wealth by the brazilian richest class Through a sociological theory dialogue that ênphazises the inequality issue, regarding its historical, structural and generational forms, operating by social and families means of domination.

**Keywords:** Business; social inequality, Covid-19.

*“Abelardo: — Que importa? Para nós, homens adiantados que só conhecemos uma coisa fria, o valor do dinheiro, comprar esses restos de brasão ainda é negócio, faz vista num país medieval como o nosso! O senhor sabe que São Paulo só tem dez famílias?*

*Abelardo II: — Não confunda, Seu Abelardo! Família é uma coisa distinta. Prole é de proletário. A família requer a propriedade e vice-versa. Quem não tem propriedades deve ter prole. Para trabalhar, os filhos são a fortuna do pobre” (ANDRADE, O. Rei da Vela)*

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela UFPR. Professora na SEED. Contato: [nataliagranato@hotmail.com](mailto:nataliagranato@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor. Contato: [eduardomiranda@ufpr.br](mailto:eduardomiranda@ufpr.br)

Os primeiros casos do “novo coronavírus” remontam ao mês de dezembro de 2019, com os registros iniciais localizados em Wuhan, na China. No dia 20 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto de Wuhan como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional. O vírus circulou rapidamente por variadas localidades do globo, o que fez com que a OMS classificasse o fenômeno como pandemia mundial no dia 11 de março de 2020<sup>3</sup>.

Medidas para a prevenção e contenção ao coronavírus foram adotadas por diversos países, entre eles o Brasil. Em fevereiro de 2020, o Congresso Nacional aprovou a lei nº 13.979/2020, também conhecida como “lei da quarentena”. Esse marco legal previu que autoridades competentes da União, estados e municípios adotassem medidas como a quarentena, o isolamento social, a realização de testes e exames, além da vacinação e medidas profiláticas, em caráter de urgência<sup>4</sup>.

No dia 26 de fevereiro de 2020, confirmou-se o primeiro caso de Covid-19 no Brasil, e no dia 12 de março de 2020 foi confirmado o primeiro óbito pela doença<sup>5</sup>. Totalizando mais de 423 mil mortes pela doença, o Brasil registra a maior taxa de mortes por milhão de habitantes (9.82), segundo as estatísticas oficiais e os dados divulgados pela imprensa<sup>6</sup>.

Em abril de 2021, o Congresso Nacional aprovou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as supostas omissões cometidas pelo governo federal, bem como as irregularidades cometidas pelas autoridades executivas estaduais na gestão da crise sanitária<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> UNASUS. Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. Disponível em: [https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus#:~:text=Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde%20declara%20pandemia%20do%20novo%20Coronav%C3%ADrus,-Mudan%C3%A7a%20de%20classifica%C3%A7%C3%A3o&text=Tedros%20Adhanom%2C%20diretor%20geral%20da,Sars%2DCov%2D2\)](https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus#:~:text=Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde%20declara%20pandemia%20do%20novo%20Coronav%C3%ADrus,-Mudan%C3%A7a%20de%20classifica%C3%A7%C3%A3o&text=Tedros%20Adhanom%2C%20diretor%20geral%20da,Sars%2DCov%2D2).). Acesso em: 11 maio 2021.

<sup>4</sup> BRASIL. Lei nº 13.979/2020, de 6 e fevereiro de 2020 (Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm) . Acesso em: 11 maio 2021.

<sup>5</sup> MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/> . Acesso em 11.mai.2021.

<sup>6</sup> OUR WORLD IN DATA. Daily new confirmed COVID-19 deaths per million people. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-deaths> . Acesso em: 11.mai.2021.

<sup>7</sup> AGÊNCIA BRASIL. CPI da Pandemia inicia hoje depoimentos ouvindo Mandetta e Teich. Matéria publicada no dia 04/05/2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-05/cpi-da-pandemia-inicia-hoje-depoimentos-ouvindo-mandetta-e-teich> . Acesso em: 11 maio 2021.

A chamada “CPI da Pandemia” ou “CPI da Covid” iniciou seus trabalhos ouvindo os ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich. O presidente da ANVISA Barra Torres e o atual ministro da Saúde Marcelo Queiroga também deram os seus depoimentos. Os diversos inquéritos a serem realizados farão um balanço da gestão da pandemia no Brasil, esperando respostas e explicações à calamidade pública que o país atravessa.

Esse artigo pretende investigar os impactos econômicos e sociais que se relacionam com a crise do coronavírus no Brasil, analisando discursos políticos sobre a crise sanitária e as práticas realizadas para combater e prevenir a disseminação da doença no país. Na próxima seção, investigaremos a reação do governo e dos empresários à crise do Coronavírus no Brasil.

### **A reação do governo e dos empresários à crise do Coronavírus no Brasil**

Para evitar a proliferação de contágios do vírus Sars-Cov 21, medidas como o fechamento do comércio e outros serviços considerados não-essenciais foram adotados por estados e municípios. No entanto, o governo federal considerou que essas medidas cabiam ao presidente da república, através da MP 926. Como reação a esta medida provisória, o ministro do STF, Marco Aurélio Mello, suspendeu esta MP, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 6.341.

O Supremo entendeu que o federalismo brasileiro deveria agir colaborativamente, ou seja, União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios deveriam preferencialmente planejar e executar políticas públicas conjuntas para o enfrentamento da pandemia. Os ministros deferiram medida cautelar para suspender parcialmente a eficácia de dispositivos das MPs n. 926/2020 e 927/2020. Na eminência de desacordos, entendeu-se que cada ente tem autonomia dentro da sua esfera de atuação. Há, portanto, previsão constitucional para que governadores e prefeitos adotem medidas de contenção da Covid-19 em desacordo com o que propunha o governo federal. (MIRANDA, PICUSA; 2020).

Nesse contexto associado ao conflito federativo em relação às medidas de isolamento, outros atores sociais entraram em jogo na luta para pautar/influenciar o debate nacional. Representantes de grandes empresas brasileiras como Roberto Justus, Junior Durski e Luciano Hang (conhecido como “velho da Havan”) foram a público expor suas preocupações com a economia e o trabalho:

(...) não pode simplesmente os infectologistas decidirem que tem que todo mundo parar independente das consequências gravíssimas que o Brasil vai ter na sua economia (...) agora vão morrer 5.000 pessoas por coronavírus que nós não podemos evitar. Não tem como fechar tudo, se esconder do inimigo e não trabalhar (ISTOÉ)<sup>8</sup>.

Esse é um trecho de uma fala de Júnior Durski, proprietário da rede de restaurantes Madero, em uma postagem divulgada por suas redes sociais. O empresário também é apoiador do presidente Jair Bolsonaro.

Em um áudio vazado de uma conversa de grupo de aplicativo celular, o empresário do ramo do *showbusiness*, Roberto Justus também minimizou a onda dos contágios, classificando-a como “*histeria desproporcional*”. Um dia após o áudio ser vazado, participou de um programa televisivo, no qual disparou:

As pessoas me acusaram de debochar dos mortos. Doze mil é muito. Uma morte é muito, qualquer morte é muito. Agora, 12 mil mortes em sete bilhões de habitantes é muito pouco para criar essa histeria coletiva que foi criada no mundo. No Brasil, são 25 mortes lamentáveis, mas também é muito pouco para 210 milhões de habitantes (...) tem que tomar cuidado com esse vírus, sem dúvida. Agora, o lockdown [fechamento] total do planeta vai causar uma catástrofe econômica. Quem vai sofrer com essa catástrofe são os mais pobres<sup>9</sup>.

Na esteira do aumento de casos e mortes, o presidente comandou uma primeira reunião do governo federal com empresários brasileiros no dia 20 de março de 2020, em formato de videoconferência. Participaram da reunião empresários de diversos setores: saúde, alimentar, automotivo, telecomunicações, financeiro, entre outros. O grupo foi encabeçado com o auxílio do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf.

Na reunião, Jair Bolsonaro repetiu a crítica as medidas de isolamento realizadas pelos governadores: “(...) tem certos governadores que estão tomando medidas extremas

---

<sup>8</sup> ISTOÉ. Dono do Madero diz que Brasil não pode parar por ‘5 ou 7 mil mortes’. Disponível em: <<https://istoe.com.br/dono-do-madero-diz-que-brasil-nao-pode-parar-por-5-ou-7-mil-mortes/>>. Acesso em: 17maio 2021.

<sup>9</sup> UOL. Justus, sobre coronavírus: ‘12 mil mortes para 7 bi é pouco para histeria’. Disponível em: <<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/23/justus-sobre-coronavirus-12-mil-mortes-para-7-bi-e-pouco-para-histeria.htm>>. Acesso em: 17maio 2021.

que não competem a eles, como fechar aeroportos, rodovias, shoppings e feiras<sup>10</sup>”, disse o presidente.

Ao coletivo reunido, foram destacadas 35 ações propostas e voltadas a mais de 200 entidades empresariais. Entre as ações destacaram-se as sugestões para aumentar o fluxo de caixa das empresas, a desburocratização e a flexibilização trabalhista. Estavam presentes os seguintes empresários:

Abílio Diniz, Presidente do Conselho da Administração da Península Participações  
Candido Pinheiro, Presidente do Conselho de Administração da Hapvida  
Carlos Sanchez, Presidente do EMS e Presidente do Conselho de Administração do Grupo NC  
Carlos Zarlenga, Presidente da GM da América do Sul  
Christian Gebara, Presidente e CEO da VIVO  
David Feffer, Presidente do Conselho de Administração da Suzano S.A  
Edson Queiroz Neto, Presidente Grupo Edson Queiroz  
Elie Horn, Fundador e Presidente do Conselho de Administração da Cyrela  
Eugênio De Zagottis, Vice-presidente do grupo Raia Drogasil e Presidente da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias – ABRAFARMA  
Flávio Rocha, Presidente das Lojas Riachuelo S.A  
Jean Jereissati Neto, CEO da AMBEV  
Jerome Cadier, CEO da Latam Airlines Brasil  
Juliana Azevedo, Presidente da Procter & Gamble Brasil  
Lourival Nogueira Luz Junior, CEO BRF  
Luiz Carlos Trabuco, Presidente do Conselho de Administração do Bradesco  
Marcelo Melchior, Presidente da Nestlé  
Martus Tavares, Vice-presidente de Assuntos Corporativos da Bunge Brasil  
Patrick Mendes, CEO do Grupo ACCOR  
Paulo Moll, Diretor da Rede D’Or  
Paulo Skaf, Presidente da Fiesp e do Ciesp  
Rubens Ometto, Presidente do Conselho de Administração da Cosan  
Thierry Fournier, Delegado Geral da Sain Gobain no Brasil, Argentina e Chile.<sup>11</sup>

Na análise dos discursos da videoconferência com empresários, destacamos alguns momentos cruciais sobre a reação dos empresários e do governo à crise da pandemia do coronavírus<sup>12</sup>.

Um dos representantes do empresariado, Abilio Diniz, levantou a possibilidade do uso da substância hidroxicloroquina para o tratamento da COVID. No entanto, o então

---

<sup>10</sup> PODER 360. Bolsonaro critica medidas de governadores em videoconferência com empresários. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/bolsonaro-critica-medidas-de-governadores-em-videoconferencia-com-empresarios/>>. Acesso em: 17.maio 2021.

<sup>11</sup> CNN Brasil. Videoconferência com Bolsonaro reúne mais de 20 empresários. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/03/20/videoconferencia-com-bolsonaro-reune-mais-de-20-empresarios/>>. Acesso em: 17.maio 2021.

<sup>12</sup> Canal TV Brasil Gov no YouTube. Presidente Bolsonaro faz videoconferência com empresários. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HjI8BX86r04>>. Acesso em: 17 maio 2021.

ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta ponderou que o medicamento ainda era “experimental”, e que possuía diversos “efeitos colaterais”.

Depois, um representante da Indústria Farmacêutica, Carlos Sanchez, pediu a palavra e disse que era preciso um trabalho com a China e Rússia em relação a importação de insumos para a fabricação de materiais pertinentes ao combate da pandemia.

O empresário Lourival Nogueira Luz Junior, da indústria alimentícia BRF, realçou a prioridade da logística de produção e distribuição de alimentos para garantir a segurança alimentar e a ordem (ponto de vista da segurança pública).

Christian Gebara, presidente da VIVO telecomunicações, ressaltou o papel da comunicação como fundamental e disponibilizou a base de dados das pessoas na orientação de cálculos sobre a taxa de isolamentos das pessoas.

Edson Queiroz Neto, do grupo Grupo Edson Queiroz, sugeriu uma diplomacia especial com a China. Nesse momento, Jair Bolsonaro interrompeu as falas e disse: “Não existe qualquer crise por parte do governo federal com a China, é zero! Zero! Não existe uma palavra contra a China desde quando eu assumi o governo!”

Luiz Carlos Trabuco, do Banco Bradesco, disse que estava confiante com o governo. Mas que era necessário o aumento da liquidez do sistema financeiro. Ele destacou o aumento de arrecadação nos supermercados e farmácias, mas a queda em bares e restaurantes por exemplo.

O empresário Eugênio De Zagottis colocou as 8 mil farmácias da rede a disposição do governo federal, com estrutura física e humana para contribuir com a testagem em massa por exemplo, mostrou-se preocupado com o aumento dos preços da medicação e a proibição do trânsito e do transporte coletivo.

Jean Jereissati Neto, da Ambev, constatou a dificuldade do setor de bares e restaurantes. A única mulher presente, Juliana Azevedo da Procter & Gamble Brasil, sublinhou a necessidade de se garantir uma lista de itens essenciais para além dos itens da saúde e o compromisso de manter o abastecimento dos mesmos.

Rubens Ometto, da Cosan enfatizou a necessidade da liberação de créditos para as empresas e pediu cuidado para as promessas feitas a população de pagamentos com luz/água, dizendo que alguns estados já estariam admitindo o não pagamento desses serviços, sugeriu adiamentos, parcelas para os débitos.



David Feffer, da Suzano S.A, lembrou que tem formação militar como Bolsonaro e enfatizou a agilidade das empresas privadas na adaptação das linhas de produção, na liberação de produtos e doações à sociedade.

Carlos Zarlenga, da GM da América do Sul pediu a liquidez e maior flexibilização na parte trabalhista para buscar manter os empregos. Já Patrick Mendes, do Grupo ACCOR destacou 90% de queda do setor do turismo e pediu um isolamento próximo do que China e França fizeram para deter o contágio e diminuir o tempo da crise.

Por sua vez, o médico José Medina, disse que a doença chegou dos viajantes que vieram da classe média e alta e disse que a preocupação é com a chegada do vírus as classes populares que não tem condições de fazer o isolamento.

Paulo Skaf, Presidente da Fiesp/Ciesp terminou a reunião agradecendo o governo federal e colocando o setor da indústria e comércio à disposição para atender o governo.

No dia 24 de março de 2020, o chefe do poder executivo, Jair Bolsonaro, fez um primeiro pronunciamento oficial ao país<sup>13</sup>. Um discurso que apocalipticamente resume o que viria a ser a política do governo federal frente a pandemia. Nas palavras do presidente: “O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade”, disse Bolsonaro.

A constante emulação/crítica em relação às posições/ações dos governadores também teve espaço: “Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa”.

No discurso, a prescrição/orientação de medicação sem eficácia científica também aparece: “Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19”.

Nesse sentido, o discurso do governo afirmava os interesses econômicos e do setor produtivo em detrimento de medidas profiláticas que enfatizavam o distanciamento e o isolamento social para evitar o contágio pelo vírus.

---

<sup>13</sup> Canal do Planalto no YouTube. Pronunciamento do presidente da República, Jair Bolsonaro (24/03/2020). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Vl\\_DYb-XaAE&t=1s](https://www.youtube.com/watch?v=Vl_DYb-XaAE&t=1s)>. Acesso em: 17 maio 2021.

Ainda em março, o ministro Paulo Guedes anunciou um auxílio emergencial no valor entre R\$200,00 e R\$600,00 para trabalhadores informais e autônomos por três meses, a depender da aprovação do Congresso Nacional<sup>14</sup>.

Durante o mês de abril de 2020, o Congresso Nacional discutiu o auxílio emergencial e aprovou a PEC com previsão de pagamento de R\$500 mensais. Após esse movimento, o governo federal fixou o valor em R\$600<sup>15</sup>. A Lei 13.982/2020, que instituiu o auxílio emergencial, previa a possibilidade de que um decreto presidencial prorrogasse os pagamentos, o que foi feito em junho, prorrogando o auxílio por mais dois meses, ou seja, até agosto<sup>16</sup>. Em setembro, o governo federal editou a Medida Provisória nº 1.000/2020, prorrogando o auxílio emergencial até dezembro de 2020, porém com um valor menor: R\$300<sup>17</sup>.

A próxima seção discutirá alguns efeitos do auxílio emergencial para a redução da extrema pobreza no Brasil, avaliando, em uma série histórica, os dados relativos às desigualdades sociais e os desdobramentos da pandemia.

## **O aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil**

Os impactos do auxílio emergencial e da pandemia do Covid-19 colocaram a histórica discussão sobre a desigualdade social no Brasil em destaque.

A escandalosa e histórica desigualdade de renda brasileira, que apenas em 1988 começou a ser reduzida, e que teve importante queda na primeira década do século XXI, (com os programas de transferência de renda por exemplo), teve vida curta. Chegamos ao início da segunda década do século XXI, com os 1% mais ricos do Brasil concentrando

---

<sup>14</sup> Guedes e Maia travam disputa pelo pagamento de voucher de R\$600. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/liberacao-de-auxilio-de-r-600-depende-de-aprovacao-de-pec-diz-guedes.shtml>>. Acesso em: 17maio 2021.

<sup>15</sup> O benefício é R\$ 600,00 podendo chegar a R\$ 1.200,00 no caso das famílias em que a mulher seja a única responsável pelas despesas da casa (BRASIL, 2020).

<sup>16</sup> 65 milhões de brasileiros teriam recebido o auxílio emergencial até final de agosto, segundo dados da Caixa. Esses dados estão disponíveis no site do Governo Federal. Auxílio Emergencial alcança mais de 65 milhões de brasileiros. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/07/auxilio-emergencial-alcanca-mais-de-65-milhoes-de-brasileiros>>. Acesso em: 17 maio 2021.

<sup>17</sup> DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.000, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.000-de-2-de-setembro-de-2020-275657334>>. Acesso em: 17maio 2021.



28,3%, ou quase um terço da renda total do país (ONU, 2019). A próxima tabela mostra os dados da extrema pobreza no Brasil, de 1990 a 2021.

PROPORÇÃO DE EXTREMA POBREZA- BRASIL- % (1990- 2021)<sup>18</sup>

1990	1992	1995	1999	2001	2003	2006	2011	2013	2017	2019	2020	2021
19,95	19,97	15,19	15,03	15,19	15,18	9,45	6,31	5,5	11,8	13,88	4,52	12,83

Fonte: IPEADATA<sup>19</sup>; FGV<sup>20</sup>

Nesta tabela, visualizamos que quase 20% da população brasileira em 1990 era extremamente pobre. Ou seja, 1 em cada 5 brasileiros era miserável, sem a possibilidade de consumir alimentos com calorias suficientes para suprir suas necessidades, com base em recomendações da FAO e da OMS. Esse número começou a cair de 1995 a 2003, período em que a proporção média de pessoas em famílias extremamente pobres se manteve na faixa dos 15%, com o início dos programas de transferência de renda como o Bolsa Escola, o Vale Gás e o Bolsa Alimentação. Reduções significativas foram registradas entre 2006 e 2013, em grande parte devido ao Programa Bolsa Família. Porém, essas promissoras tendências de redução de desigualdade começaram a diminuir e até a voltar a crescer, paralelamente às crises políticas que o Brasil vivenciou e que culminaram no golpe de 2016. Em 2017, durante o governo Temer, a taxa de pessoas extremamente pobres era de 11,8%, número que aumentou em 2019, o primeiro ano do governo Bolsonaro, com a taxa de 13,88%.

De acordo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) sobre a crise do Covid, até o mês de novembro de 2020, cerca de 41,0% dos domicílios do Brasil receberam o auxílio emergencial. O valor de 600 reais recebidos por estas famílias fez a taxa de pessoas extremamente pobres cair para 4,32%. No entanto,

<sup>18</sup> “Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS”. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

<sup>19</sup> Os dados de 1990 a 2019 foram retirados do IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 18 maio 2021.

<sup>20</sup> Os dados de 2020 e 2021 foram obtidos a partir da pesquisa desenvolvida pela FGV. Fonte: Portal G1. Número de brasileiros que vivem na extrema pobreza cresce com fim do auxílio emergencial. Disponível em: <<https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/03/03/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-extrema-pobreza-cresce-com-fim-do-auxilio-emergencial.ghtml>>. Acesso em: 18 maio 2021.

com o fim do auxílio emergencial com esse valor, estima-se que a taxa de pessoas extremamente pobres no Brasil seja de 12,83% (PORTAL G1).

A próxima tabela apresenta dados da pobreza no Brasil, de 1990 a 2021.

PROPORÇÃO DE POBREZA- BRASIL- % (1990-2021)<sup>21</sup>

	1990	1992	1995	1999	2001	2003	2006	2011	2013	2017	2018	2019
Brasil	41,92	42,09	35,08	35,26	35,09	34,38	22,6	18,42	15,09	21,6	25,3	24,7

FONTE: IPEADATA<sup>22</sup>; IBGE<sup>23</sup>; CEPAL<sup>24</sup>

O argumento apresentado anteriormente é reforçado. Nesta tabela, visualizamos que quase 42% da população brasileira em 1990 era pobre. Somada a taxa de pessoas extremamente pobres, essa proporção chegou a quase 60% da população. Esses números começaram a cair entre 1995 e 2001, período em que essa taxa se manteve na faixa de 35%, devido aos programas de transferência de renda. Entre 2006 e 2013, esses números registraram queda, devido ao Programa Bolsa Família e melhora de outros indicadores sociais, especialmente de trabalho. No entanto, a taxa de pobreza registrou aumento entre 2017 e 2019.

Em contrapartida, as desigualdades sociais no Brasil aumentaram vertiginosamente. Os interesses da classe dominante foram mantidos, e seus lucros também, em detrimento da pandemia. Recentemente, a revista “Forbes” atualizou seu “ranking” de milionários e constatou que o grupo dos super ricos brasileiros cresceu em 2020 com mais 20 novos bilionários<sup>25</sup>.

<sup>21</sup> “Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa com base em recomendações da FAO e da OMS.” Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

<sup>22</sup> Os dados de 1990 a 2019 foram retirados do IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 18 maio 2021.

<sup>23</sup> Os dados de 2018 foram obtidos no site do IBGE. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos.html>. Acesso em: 18 maio 2021.

<sup>24</sup> O dado de 2019 foi obtido no site da CEPAL. Panorama Social de América Latina. Disponível em: [https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46687/S2100150\\_es.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46687/S2100150_es.pdf). Acesso em: 18 maio 2021.

<sup>25</sup> Brasil ganhou 20 novos bilionários no ano de pandemia. Disponível em <https://gq.globo.com/Lifestyle/Poder/noticia/2021/04/brasil-20-novos-bilionarios-panemia.html#:~:text=O%20grupo%20de%20super%20ricos,ultrapassam%20o%20bilh%C3%A3o%20de%20d%C3%B3lares>. Acesso em: 20 de maio 2021.

A reunião dos empresários com a presidência da república em 2020 demonstra a defesa desses interesses. Enquanto cerca de 61 milhões de pessoas se enquadram na condição de pobreza no Brasil, também se observa o número exorbitante de 19 milhões de pessoas que estão em situação de extrema pobreza<sup>26</sup>.

O índice de GINI também registrou alta entre 2014 e 2019, de 0,60 a 0,66. Paralelamente ao aumento da desigualdade, a renda do trabalho da parcela mais pobre da população caiu 17,1% nesse período. Em contrapartida, a renda dos 1% mais ricos subiu 10,11% entre 2014 e 2019<sup>27</sup>.

As desigualdades sociais no Brasil são produtos da grande propriedade e da escravidão no Brasil. Tereza Sales (1994) também utiliza esses mesmos elementos históricos para chegar no que ela chama de “cidadania concedida”. Para a autora, as raízes da desigualdade social estão na cultura política da dádiva, cultura que se desenvolveu no âmbito da sociedade escravocrata na qual homens livres e pobres estavam sujeitos à dominação política dos grandes proprietários de terras, numa relação de mando e subserviência. Tal relação aprofundou as desigualdades e deixou marcas na sociedade brasileira, dificultando a consolidação da cidadania.

O “pedir” e o “obedecer” são característicos da cultura da dádiva, juntamente com o “provedor forte”, que tem uma relação tutelar e patriarcal com seus agregados. Numa discussão sobre o conceito de “cidadania concedida”, Teresa Sales aponta que os direitos como o de ir e vir, de justiça, propriedade e trabalho foram “outorgados” aos brasileiros antes e depois da ordem social escravocrata mediante a concessão dos senhores de terras, e tais direitos eram restritos ao domínio territorial desses senhores, vistos como “dádivas” e “favores”. Isso persistiu na República Velha e carregamos essa herança até os dias contemporâneos.

A externalização dos interesses dos empresários, analisadas em seus discursos com o governo federal, somadas a investigação de suas origens, passados e relações nos

---

<sup>26</sup> OBSERVATÓRIO 3 SETOR. Com redução do auxílio emergencial, Brasil terá 61 milhões na pobreza. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/com-reducao-do-auxilio-emergencial-brasil-tera-61-milhoes-na-pobreza/>>. Acesso em: 18 maio 2021.

<sup>27</sup> G1. Desigualdade de renda cresce há 17 trimestres consecutivos no país, aponta FGV. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/16/desigualdade-de-renda-cresce-ha-17-trimestres-consecutivos-no-pais-aponta-fgv.ghtml>>. Acesso em: 18 maio 2021.

permitem esclarecer algumas das medidas adotadas pelo governo federal brasileiro durante a pandemia.

É importante lembrar que em boa parte dos países com maiores economias, grupo seleto do qual o Brasil participa (12ª economia do mundo<sup>28</sup>), os governos dispenderam grandes e vultuosos orçamentos, empenhos e políticas de transferência de recursos para a população mais vulnerável, assim como para as pequenas e microempresas (exemplos de Inglaterra, Eua, Japão, etc). No Brasil, como mostramos, a política de “auxílio”, foi uma medida considerada “emergencial”, portanto datada e com forte discordância em relação inclusive a seu valor! Chegando a ser cogitado um auxílio de R\$200 (para se ter uma ideia, o valor da cesta básica era mais de R\$600 em SP em 2020). Já em relação a uma política de crédito e financiamento de pequenas empresas não observamos nenhum movimento mais ousado por parte do governo federal brasileiro, pelo contrário, ficou famosa a passagem do ministro Paulo Guedes, que em reunião ministerial em abril de 2020, disse: “Nós vamos botar dinheiro, e... vai dar certo e nós vamos ganhar dinheiro. Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas.”

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)<sup>29</sup>, divulgados em março de 2021, demonstram que os trabalhadores que não puderam parar suas atividades, nem adaptá-las a modalidades alternativas como home-office, foram fatalmente os mais atingidos proporcionalmente por mortes/desligamentos (faxineiros, frentistas, motoristas e cobradores de transporte coletivo, zeladores e operadores de caixa).

A relação entre as desigualdades sociais e a pandemia é um objeto a ser investigado com mais profundidade pelas pesquisas, entrecruzando dados de raça/etnia, de gênero, moradia, entre outras variáveis que escancaram as desigualdades e as falhas da cidadania no Brasil.

## **Considerações finais**

---

<sup>28</sup> O Brasil caiu três posições no ranking das maiores economias do mundo em 2020 devido a uma queda de 4,1% do seu PIB. Assim, o país deixou o seleto grupo do qual fazia parte desde de 2006, o das 10 maiores economias do mundo, segundo o FMI.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>>. Acesso em: maio 2021.

A pandemia da Covid-19 se instalou no Brasil em um contexto marcado por sucessivas crises (econômica, política, sanitária e social). Em resposta, o governo federal procurou privilegiar a “economia” em detrimento da “saúde”, realizando diversas reuniões com grandes empresários em prol do estabelecimento de agendas que protegessem os seus interesses. Um ano após o início da pandemia no Brasil, observa-se o agravamento da crise sanitária e o aumento das desigualdades sociais

Na análise dos discursos empresariais, há a ênfase de que a força de trabalho deve continuar as atividades, pois o “Brasil não pode parar” a sua economia, mesmo que em detrimento da saúde de milhões de brasileiros.

A classe dominante continuou a lucrar mesmo com as sucessivas crises econômicas e sanitárias no Brasil. Os dados revelam o aprofundamento do desemprego e da miséria, em detrimento da acumulação de riquezas das classes mais ricas e privilegiadas do país. A pandemia aprofundou essas contradições sociais no Brasil, especialmente com o fim do auxílio emergencial.

## Referências

AGÊNCIA BRASIL. CPI da Pandemia inicia hoje depoimentos ouvindo Mandetta e Teich. Matéria publicada no dia 04/05/2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-05/cpi-da-pandemia-inicia-hoje-depoimentos-ouvindo-mandetta-e-teich>>. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 13.979/2020, de 6 e fevereiro de 2020 (Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2020/lei/113979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/113979.htm)>. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. Lei Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2020/lei/113982.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/113982.htm)>. Acesso em: 17 maio 2021.

CANAL DO PLANALTO no YouTube. Pronunciamento do presidente da República, Jair Bolsonaro (24/03/2020). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=VI\\_DYb-XaAE&t=1s](https://www.youtube.com/watch?v=VI_DYb-XaAE&t=1s)>. Acesso em: 17 maio 2021.

CANAL TV Brasil Gov no YouTube. Presidente Bolsonaro faz videoconferência com empresários. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HjI8BX86r04>>. Acesso em: 17 maio 2021.

CEPAL. Panorama Social de América Latina. Disponível em: <[https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46687/S2100150\\_es.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46687/S2100150_es.pdf)>. Acesso em 18.mai.2021.

CNN Brasil. Videoconferência com Bolsonaro reúne mais de 20 empresários. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/03/20/videoconferencia-com-bolsonaro-reune-mais-de-20-empresarios>>. Acesso em: 17 maio 2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.000, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.000-de-2-de-setembro-de-2020-275657334>>. Acesso em: 17 maio 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Guedes e Maia travam disputa pelo pagamento de voucher de R\$600. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/liberacao-de-auxilio-de-r-600-depende-de-aprovacao-de-pec-diz-guedes.shtml>>. Acesso em: 17 maio 2021.

GOVERNO FEDERAL. Auxílio Emergencial alcança mais de 65 milhões de brasileiros. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/07/auxilio-emergencial-alcanca-mais-de-65-milhoes-de-brasileiros>>. Acesso em 17.mai.2021.

IBGE. Disponível em: <<https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos.html>>. Acesso em: 18 maio 2021.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 18 maio 2021.

ISTOÉ. Dono do Madero diz que Brasil não pode parar por ‘5 ou 7 mil mortes’. Disponível em: <<https://istoe.com.br/dono-do-madero-diz-que-brasil-nao-pode-parar-por-5-ou-7-mil-mortes/>>. Acesso em: 17 maio 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 11 maio 2021.

MIRANDA, Eduardo Soncini; PICUSSA, Roberta. Federalismo e Poder Legislativo na pandemia de covid-19: a atuação da Assembleia Legislativa do Paraná no enfrentamento ao novo Coronavirus. **E-legis**, Brasília, Edição especial, p. 301-325, março de 2021.

OBSERVATÓRIO 3 SETOR. Com redução do auxílio emergencial, Brasil terá 61 milhões na pobreza. Disponível em <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/com-reducao-do-auxilio-emergencial-brasil-tera-61-milhoes-na-pobreza/>>. Acesso em: 18 maio 2021.



ONU. Human Development Report 2019. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2021.

OUR WORLD IN DATA. Daily new confirmed COVID-19 deaths per million people. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/covid-deaths>>. Acesso em: 11 maio 2021.

PODER 360. Bolsonaro critica medidas de governadores em videoconferência com empresários. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/bolsonaro-critica-medidas-de-governadores-em-videoconferencia-com-empresarios/>>. Acesso em: 17 maio 2021.

PORTAL G1. Desigualdade de renda cresce há 17 trimestres consecutivos no país, aponta FGV. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/16/desigualdade-de-renda-cresce-ha-17-trimestres-consecutivos-no-pais-aponta-fgv.ghtml>>. Acesso em: 18 maio 2021.

PORTAL G1. Número de brasileiros que vivem na extrema pobreza cresce com fim do auxílio emergencial. Disponível em: <<https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/03/03/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-extrema-pobreza-cresce-com-fim-do-auxilio-emergencial.ghtml>>. Acesso em: 18 maio 2021.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, p.26-37, 1994.

UNASUS. Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus#:~:text=Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde%20declara%20pandemia%20do%20novo%20Coronav%C3%ADrus,-Mudan%C3%A7a%20de%20classifica%C3%A7%C3%A3o&text=Tedros%20Adhanom%2C%20diretor%20geral%20da,Sars%2DCov%2D2>>. Acesso em: 11 maio 2021.

UOL. Justus, sobre coronavírus: '12 mil mortes para 7 bi é pouco para histeria'. Disponível em: <<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/23/justus-sobre-coronavirus-12-mil-mortes-para-7-bi-e-pouco-para-histeria.htm>>. Acesso em: 17 maio 2021.

Recebido em: 20 abr. 2021.

Aceito em: 20 maio 2021.